

Inclusão escolar em Codó/MA (2014-2024): desafios e perspectivas para alunos com deficiência

Inclusion in Codó/MA (2014-2024): challenges and perspectives for students with disabilities

Inclusión escolar en Codó/MA (2014-2024): desafíos y perspectivas para el alumnado con discapacidad

Ensino & Humanidades

SOUSA, Francisca da Chagas Bezerra de

Mestranda em Ensino na Educação Básica - Universidade Federal do Maranhão – UFMA
francisca.cbs@discente.ufma.br // <https://orcid.org/0009-0003-4227-9687>

SANTOS, Vitória Régia Costa de Sousa

Mestranda em Ensino na Educação Básica - Universidade Federal do Maranhão – UFMA
vitoriaregiacostadesousa@gmail.com // <https://orcid.org/0009-0003-9546-1853>

SILVA, Maria de Fatima Sousa

Doutora em Educação – UNESP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica - PPEEB/UFMA
mfs.silva@ufma.br // <https://orcid.org/0000-0001-6513-6361>

Resumo:

Este estudo analisa a implementação da educação inclusiva no município de Codó/MA, considerando o repertório normativo e histórico que fundamenta essa política no Brasil. Parte-se da compreensão de que a consolidação do paradigma inclusivo decorre de transformações no campo dos direitos humanos e da incorporação de compromissos internacionais ao ordenamento jurídico nacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Salamanca e a Constituição Federal de 1988. A pesquisa problematiza as tensões entre a prescrição legal e sua materialização no cotidiano escolar, evidenciando que o acesso formal à matrícula não garante, por si só, participação efetiva e aprendizagem significativa. Metodologicamente, o estudo articula análise documental e reflexão teórica, buscando compreender como as políticas públicas são reinterpretadas no contexto local. Os resultados preliminares apontam avanços institucionais, especialmente na ampliação do acesso e na oferta do Atendimento Educacional Especializado, mas também revelam desafios relacionados à formação docente, infraestrutura e superação de barreiras atitudinais. Embora ainda não se tenha uma conclusão final, evidencia-se que a efetivação da

educação inclusiva exige transformação das práticas pedagógicas e fortalecimento das políticas públicas no âmbito municipal.

Palavras-chave: Educação inclusiva; políticas públicas; inclusão escolar; Códó.

Abstract:

This study analyzes the implementation of inclusive education in the municipality of Codó/MA, considering the normative and historical repertoire that underpins this policy in Brazil. It starts from the understanding that the consolidation of the inclusive paradigm stems from transformations in the field of human rights and the incorporation of international commitments into the national legal system, such as the Universal Declaration of Human Rights, the Salamanca Declaration, and the 1988 Federal Constitution. The research problematizes the tensions between legal prescription and its materialization in daily school life, highlighting that formal access to enrollment does not, in itself, guarantee effective participation and meaningful learning. Methodologically, the study articulates documentary analysis and theoretical reflection, seeking to understand how public policies are reinterpreted in the local context. The results point to institutional advances, especially in expanding access and the provision of Specialized Educational Services, but also reveal challenges related to teacher training, infrastructure, and overcoming attitudinal barriers. It concludes that the effective implementation of inclusive education requires a transformation of pedagogical practices and the strengthening of public policies at the municipal level.

Keywords: Inclusive education; public policies; school inclusion; Codó.

Resumen:

Este estudio analiza la implementación de la educación inclusiva en el municipio de Codó/MA, considerando el repertorio normativo e histórico que sustenta esta política en Brasil. Parte de la base de que la consolidación del paradigma inclusivo se deriva de las transformaciones en el ámbito de los derechos humanos y la incorporación de compromisos internacionales al ordenamiento jurídico nacional, como la Declaración Universal de los Derechos Humanos, la Declaración de Salamanca y la Constitución Federal de 1988. La investigación problematiza las tensiones entre la prescripción legal y su materialización en la vida escolar cotidiana, destacando que el acceso formal a la matrícula no garantiza, por sí solo, la participación efectiva y el aprendizaje significativo. Metodológicamente, el estudio articula el análisis documental y la reflexión teórica, buscando comprender cómo se reinterpretan las políticas públicas en el contexto local. Los resultados apuntan a avances institucionales, especialmente en la ampliación del acceso y la prestación de Servicios Educativos Especializados, pero también revelan desafíos relacionados con la formación docente, la infraestructura y la superación de barreras actitudinales. Se concluye que la implementación efectiva de la educación inclusiva requiere una transformación de las prácticas pedagógicas y el fortalecimiento de las políticas públicas a nivel municipal.

Palabras claves: Educación inclusiva; políticas públicas; inclusión escolar; Códó.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais avanços no campo das políticas educacionais, fundamentando-se no princípio da equidade e no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do espaço escolar. Essa abordagem rompe com modelos historicamente excludentes e propõe práticas pedagógicas que assegurem acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com deficiência.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) reafirma que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, defendendo uma pedagogia centrada na diversidade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, sendo posteriormente regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reforça esse direito ao garantir igualdade de oportunidades e participação plena na sociedade (Brasil, 2015).

Entretanto, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais, sobretudo em contextos municipais marcados por desigualdades socioeconômicas. A inclusão não se resume ao simples acesso do estudante com deficiência ao espaço escolar, mas exige a criação de condições pedagógicas e institucionais que assegurem aprendizagem, interação social, sentimento de pertencimento e desenvolvimento com dignidade

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige a transformação do ensino e da própria organização institucional, de modo que a escola se reestruture para atender a todos os estudantes com qualidade, promovendo condições reais

de aprendizagem e o desenvolvimento de valores como cooperação, diálogo e espírito crítico, essenciais ao exercício da cidadania (Mantoan, 2003, p. 60).

Nessa mesma direção, Mittler (2003, p. 16) compreende a inclusão como um processo contínuo que demanda transformações estruturais, organizacionais e culturais nos sistemas de ensino. Para o autor, não se trata apenas de inserir estudantes nas classes comuns, mas de transformar as escolas para que se tornem responsivas às necessidades de todos. De modo convergente, Aranha (2004, p.15) ressalta que a educação inclusiva ultrapassa a matrícula formal de alunos com deficiência, exigindo a garantia efetiva de acesso, permanência e aprendizagem. A ausência de apoio pedagógico adequado, recursos acessíveis e formação docente específica pode comprometer o atendimento às necessidades educacionais, gerando exclusão, evasão escolar ou dificuldades na progressão dos estudos, o que reforça desigualdades educacionais.

Conforme destaca Jannuzzi (2017, p 30), os avanços legais no campo da educação especial nem sempre se materializam nas práticas pedagógicas, uma vez que essa modalidade de ensino está profundamente vinculada às condições sociais, econômicas e políticas do país. Nesse sentido, a efetivação da inclusão depende não apenas da formulação de políticas públicas, mas também da formação docente continuada, da disponibilidade de recursos pedagógicos adequados e de mudanças culturais e estruturais no cotidiano escolar.

No município de Codó-MA, a implementação das políticas públicas de educação inclusiva revela avanços normativos, mas também desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados, à infraestrutura escolar e às barreiras atitudinais presentes no cotidiano educacional. Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão-problema: como se efetiva a inclusão escolar de alunos com deficiência na rede municipal de ensino de Codó-MA e quais desafios estruturais e pedagógicos permeiam esse processo?

Assim, definiu-se como objetivo geral analisar a implementação das políticas públicas de educação inclusiva e os desafios enfrentados nas práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de ensino, no período de 2014 a 2024. Especificamente,

buscou-se identificar os fatores estruturais, pedagógicos e sociais que influenciam a efetivação da inclusão; averiguar as estratégias e práticas pedagógicas que favorecem o acesso, a participação e a permanência dos estudantes; compreender como professores e gestores vivenciam e constroem a implementação das políticas inclusivas no contexto local; e produzir subsídios teóricos e didáticos que contribuam para o fortalecimento das práticas inclusiva

Repertório normativo e histórico da educação inclusiva

A consolidação da educação inclusiva no Brasil resulta de um processo histórico marcado por transformações paradigmáticas no campo dos direitos humanos e das políticas educacionais. A transição de um modelo assistencialista e segregador para uma perspectiva inclusiva está diretamente relacionada à incorporação de princípios internacionais e à progressiva normatização interna voltada à garantia do direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência. Tal percurso evidencia que a inclusão não emerge como iniciativa isolada, mas como desdobramento de compromissos éticos, políticos e jurídicos assumidos ao longo das últimas décadas

A Organização das Nações Unidas (ONU), ao proclamar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), afirmou a educação como direito fundamental de todos, estabelecendo bases normativas para a universalização do acesso à escolarização. Posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994), elaborada no âmbito da UNESCO, consolidou o entendimento de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, defendendo a reorganização dos sistemas educacionais para responder à diversidade dos alunos, em vez de exigir que o aluno se adapte ao sistema.

No contexto nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou marco decisivo ao assegurar igualdade de condições de acesso e permanência na escola e ao prever o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio foi posteriormente reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

que reconhece a educação especial como modalidade transversal, ainda que, naquele momento, persistissem práticas de caráter integracionista.

Um avanço mais consistente ocorre com a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que consolida o paradigma inclusivo ao orientar a matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, articulando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar e não substitutivo à escolarização. Tal diretriz desloca o foco da deficiência para a identificação e eliminação de barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem.

Entretanto, conforme apontam estudos recentes, o acesso formal à escola comum nem sempre se traduz em participação efetiva e aprendizagem significativa, evidenciando tensões entre a prescrição normativa e sua materialização no cotidiano escolar. A política educacional, ao ser implementada, é reinterpretada pelos sujeitos que a vivenciam, produzindo adaptações e reconfigurações no plano local. Nesse sentido, analisar a educação inclusiva no município implica compreender esse repertório normativo não apenas como marco jurídico, mas como processo histórico em constante construção, atravessado por desafios estruturais, pedagógicos e culturais.

A inclusão escolar e os desafios pedagógicos na rede de ensino

A educação inclusiva fundamenta-se na compreensão da educação como direito humano essencial e como prática social capaz de promover transformação. Nessa perspectiva, o processo de ensinar pressupõe o reconhecimento e a valorização dos saberes trazidos pelos educandos, deslocando o foco da mera transmissão de conteúdo para a consideração das experiências, vivências e singularidades dos sujeitos (Freire, 1996, p.19). Assim, a diversidade deixa de ser compreendida como entrave e passa a constituir elemento estruturante do processo educativo. Uma escola comprometida com a justiça social, portanto, precisa problematizar suas próprias práticas e enfrentar as estruturas que historicamente produziram exclusão.

Entretanto, a reorganização da escola inclusiva implica confrontar um paradigma educacional consolidado ao longo do tempo, marcado por práticas meritocráticas, seletivas e centradas na transmissão de conteúdos, frequentemente desconsiderando se tais conhecimentos são acessíveis a todos os estudantes. Esse modelo constitui um dos principais obstáculos à efetivação da inclusão escolar (Mantoan, 2003, p. 65).

No contexto brasileiro, os desafios tornam-se ainda mais evidentes. Magalhães *et al.* (2017, p.4) destacam que grande parte das escolas ainda não dispõe de profissionais suficientemente preparados para compreender os princípios da inclusão e desenvolver práticas pedagógicas adequadas ao atendimento de alunos com deficiência. Para garantir um ensino de qualidade, faz-se necessário investir na formação continuada dos docentes, bem como promover adaptações no ambiente escolar, assegurando condições equitativas de aprendizagem.

Apesar dos avanços legais e conceituais que sustentam a educação inclusiva, sua implementação ainda encontra entraves relacionados à formação insuficiente de professores, à escassez de recursos pedagógicos adaptados, às limitações na infraestrutura das escolas e às barreiras culturais que dificultam a valorização da diversidade (Pessoa, 2019, p. 30). Tais fatores demonstram que a inclusão escolar exige não apenas respaldo normativo, mas ações concretas que articulem políticas públicas, práticas pedagógicas e transformação cultural no cotidiano escolar.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, do tipo pesquisa-ação, uma vez que busca compreender a realidade da inclusão escolar no contexto investigado e, simultaneamente, promover reflexão e possíveis transformações nas práticas institucionais. A pesquisa-ação fundamenta-se nos pressupostos teóricos de Thiollent (2011, p.22), que compreende a investigação como um processo coletivo, participativo e comprometido com a transformação da realidade estudada.

O estudo será realizado em duas escolas públicas municipais que atendem alunos com deficiência no ensino comum: a Escola Municipal Carlos Henrique Santos Pires, localizada no povoado Cajazeiras, e a Escola Municipal São Francisco, situada na sede do município de Codó/MA. Os participantes serão o gestor, professores da sala comum, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e familiares de alunos com deficiência. Entre estes, serão selecionados por amostragem significativa, considerando sua atuação direta no processo de inclusão escolar e aceitar participar da pesquisa. A participação ocorrerá de forma voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo anonimato, confidencialidade e direito de desistência.

A pesquisa está sendo desenvolvida em etapas articuladas, iniciando-se com o levantamento bibliográfico para fundamentação teórica do estudo e a análise documental de legislações e documentos institucionais que orientam a educação inclusiva. Posteriormente, será realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas compostas por questões abertas e fechadas, abordando práticas pedagógicas inclusivas, desafios enfrentados e estratégias adotadas nas escolas. As entrevistas serão realizadas em ambiente reservado, com duração média de 30 a 60 minutos, podendo ser gravadas mediante autorização dos participantes.

Os dados coletados serão analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016, p.19) possibilitando a organização, categorização e interpretação sistemática das informações. Como desdobramento da etapa interventiva, prevê-se a elaboração de um manual pedagógico voltado à educação inclusiva, construído de forma colaborativa, com o objetivo de subsidiar gestores, professores e familiares na implementação de práticas mais equitativas e eficazes.

RESULTADOS

Os resultados parciais obtidos por meio do levantamento bibliográfico e da análise de produções acadêmicas indicam que a implementação da educação inclusiva nas escolas ainda

enfrenta diversos desafios, especialmente no que se refere à formação dos profissionais da educação. A literatura aponta que, em muitas instituições de ensino, parte dos docentes não possui qualificação específica para atuar com alunos público-alvo da educação especial, o que pode dificultar a adoção de estratégias pedagógicas adequadas e inclusivas. Nesse contexto, alguns profissionais relatam insegurança ou limitações no desenvolvimento de práticas que atendam às necessidades educacionais desses estudantes, situação que pode contribuir para processos de exclusão ou para uma participação limitada desses alunos no ambiente escolar (Lima *et al.*, 2016, p.11; Pessoa, 2019, 25).

Além disso, os estudos analisados destacam que a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial deve ser compreendida como um processo contínuo e desafiador, que envolve mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no contexto escolar. Apesar das dificuldades ainda presentes, a consolidação de práticas inclusivas é considerada fundamental para a construção de uma educação mais equitativa e para a promoção de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade. Dessa forma, o fortalecimento das políticas educacionais, constitui um fator essencial para o avanço da educação inclusiva e para a garantia de uma educação de qualidade para todos (Silveira *et al.*, 2025, p.5).

No âmbito da pesquisa em desenvolvimento, pretende-se ainda mapear as estratégias institucionais e pedagógicas adotadas pelas escolas investigadas, bem como analisar as percepções de gestores, professores e familiares acerca do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. A etapa empírica, que será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitirá aprofundar a compreensão sobre os avanços, desafios e lacunas existentes entre as diretrizes normativas e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Além da investigação empírica, o estudo também se fundamenta nas experiências vivenciadas pela pesquisadora no cotidiano da sala de aula, as quais evidenciam os desafios concretos enfrentados na mediação pedagógica com alunos público-alvo da educação especial, tais

como a necessidade de adaptação de atividades, flexibilização curricular e construção de estratégias diferenciadas de ensino.

Como produto final, prevê-se a elaboração de um manual pedagógico com orientações e propostas de estratégias inclusivas, construído a partir dos dados coletados e das experiências analisadas, além da produção de artigo científico a ser submetido a periódico ou evento acadêmico na área da Educação. No que se refere aos aspectos éticos, os resultados serão socializados com os participantes e instituições por meio de devolutiva institucional ou relatório síntese, garantindo transparência e retorno social da pesquisa. Em todas as divulgações, será preservado o anonimato dos participantes, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca da educação inclusiva no contexto municipal evidencia que a consolidação desse paradigma ultrapassa os avanços normativos já estabelecidos, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e culturais no cotidiano escolar. Embora o Brasil disponha de um arcabouço legal consistente que assegura o direito à educação para todos, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, à infraestrutura adequada e à superação de barreiras atitudinais. No município de Codó/MA, observa-se que a implementação da educação inclusiva constitui um processo em construção, marcado por esforços institucionais e, simultaneamente, por limitações que demandam reflexão e intervenção contínuas. Nesse sentido, o presente estudo, ainda em andamento, busca contribuir para a compreensão crítica desse cenário, articulando análise teórica, investigação empírica e experiências vivenciadas no contexto escolar.

Espera-se que os resultados possam subsidiar o fortalecimento de práticas pedagógicas mais equitativas, colaborando para a consolidação de uma escola comprometida com a diversidade, a justiça social e a garantia do direito à aprendizagem. A elaboração do manual pedagógico proposto configura-se como uma estratégia concreta de devolutiva social, com potencial para apoiar gestores,

professores e familiares na construção de práticas inclusivas mais eficazes. Assim, reafirma-se que a inclusão escolar não se resume à matrícula do aluno com deficiência na classe comum, mas implica a transformação da escola em um espaço que reconheça, valorize e responda às singularidades de todos os sujeitos, promovendo participação, pertencimento e desenvolvimento humano com dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em. 25 fev. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em. 25 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em. 25 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JANNUZZI, G. D. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LIMA, M. P. *et al.* Análise qualitativa do processo de inclusão em escolas públicas de Codó – MA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 3., 2016, Campina Grande. **Anais do III CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID5172_18082016000114.pdf

MAGALHÃES, C. de J. S., MORAES, C. S., CRUZ, J. G. M., & SAMPAIO, L. M. T. Práticas inclusivas de alunos com TEA: principais dificuldades na voz do professor e mediador. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, 21(2), 1031-1047, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10386>. Acesso em: 25 fev. 2026.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. J. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, Edição 1, 2003. 264 p.

PESSOA, D. S. **Educação inclusiva e especial: as contribuições da Associação Pestalozzi para a cidade de Codó-MA**. 2019. 33 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Federal do Maranhão, Campus VII, Codó, 2019. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4575/1/DANIELAPESSOA.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SILVEIRA, F.M. *et al.* Desafios e perspectivas para a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em uma perspectiva da educação inclusiva. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 1. p. 01-16, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7145/5036>

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B%24clientServletPath%7D/?fileName=Declaracao_Salamanca.pdf&newsId=1. Acesso em: 25 fev. 2026.

UNICEF Brasil. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Jomtien, Tailândia, 5–9 mar. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todosconferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 fev. 2026.